

SUBSÍDIOS PARA O CUIDADO DOMICILIAR A INDIVÍDUOS EM SOFRIMENTO PSÍQUICO . Mallmann JG , Kohlrausch E . Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. . HCPA - UFRGS.

Durante muito tempo os atendimentos aos usuários da área de saúde mental estiveram ligados às instituições hospitalares, afastando o indivíduo de seu mundo, institucionalizando-o, destruindo assim os canais de comunicação que ajudariam essas pessoas a se reintegrarem as suas famílias, empregos e comunidade após a alta do hospitalar. No Brasil, há alguns anos esta forma de atendimento vem sendo questionada e discutida, pois a partir dos dispositivos propostos na discussão da Reforma Psiquiátrica, como a reabilitação psicossocial, o fim dos hospitais psiquiátricos, a criação de leitos em hospitais gerais e a ascensão dos serviços extra-hospitalares, vislumbra-se a manutenção do usuário em acompanhamento ambulatorial ou domiciliar. Neste sentido, observa-se que na maioria dos casos, as famílias estão despreparadas para o cuidado domiciliar em saúde mental favorecendo, possivelmente, uma regressão dos avanços alcançados, e levando a uma provável situação de asilamento e deterioração do convívio social desse indivíduo. Sendo assim nesse trabalho procuramos propor subsídios para a capacitação familiar para o cuidado domiciliar ao portador de sofrimento psíquico. Em vista disso, o estudo foi realizado utilizando-se da metodologia de pesquisa bibliográfica que, para Gil (1999), é desenvolvida a partir de material já elaborado e que tem a finalidade de colocar o pesquisador em contato com aquilo que já foi escrito sobre o assunto, permitindo aprimorar os conhecimentos e explorar novas idéias. O levantamento bibliográfico desse estudo foi realizado em bases de dados eletrônicos (CAPES, BIREME, SCIELO, LILACS), também em livros e revistas (base de dados ALEPH do catálogo on line do SAbi, Sistema de Automação das Bibliotecas da UFRGS). Utilizando como palavras-chaves saúde mental e cuidado domiciliar, considerando-se as publicações nacionais dos últimos 20 anos. Foram obtidas como obras relevantes ao estudo, 12 artigos e 16 livros apresentavam a temática proposta. E a análise se deu através dos passos descritos por Gil (1999), que são: leitura exploratória, leitura seletiva, leitura analítica e leitura interpretativa. As questões éticas foram preservadas a medida que os autores utilizados são citados no texto. Portanto, considerando o referencial teórico, os subsídios levantados são: ampliação de uma política pública de saúde mental (MOSTAZO E KIRSCHBAUM 2003), uma rede de atendimento integral ao cidadão portador de transtorno mental e seus familiares (BRASIL, 1992), a capacitação familiar para o cuidado domiciliar em saúde mental (BRESSAN E SCATENA, 2002), a capacitação da equipe de atendimento ambulatorial (PEREIRA, CAIS E SCATENA, 2001; SILVA, 2000), a formação de núcleos e de grupos de familiares para acompanhar o cuidado familiar (BRASIL, 1992), a realização de visitas domiciliares (REINALDO E ROCHA, 2002), o cadastramento de portadores de doenças psíquicas, além de proporcionar às famílias e comunidades o conhecimento e o suporte necessários para a desestigmatização da doença mental (MOSTAZO E KIRSCHBAUM 2003). Portanto, tendo em vista o pouco tempo de implantação das novas políticas de saúde mental, consideramos que é necessário fortalecer a idéia de que é possível a convivência da pessoa com transtorno psiquiátrico junto a seus familiares, desde que de ambos possam estar desenvolvendo atividades de acordo com as suas possibilidades, com o devido monitoramento, acompanhamento e avaliação dos serviços de saúde, amparados por uma rede de atenção integral que lhes dê suporte.